

O Desenvolvimento Nacional e o Município

LUCIANO F. MESQUITA

(Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios)

"I — O progresso municipal decorre primariamente do progresso da Nação. O florescimento da vida local, sem prejuízo da mobilidade dos recursos essenciais ao desenvolvimento do país, é considerado como um índice efetivo e um objetivo permanente da política nacional. Mas de forma alguma o municipalismo pode ser uma disputa de vantagens locais imediatas que possam prejudicar o progresso da Nação como uma unidade".

In "Problemas Estruturais do Município", contribuição de Rômulo Almeida ao I Congresso Brasileiro de Municípios — Petrópolis, 2 a 8-4-1950.

A VITALIZAÇÃO da vida municipal entre nós será mais fruto de idéias e atitudes, que de providências imediatas, embora estas últimas jamais devam ficar à margem. (1) Esta afirmação vale como uma preliminar básica, um fundamento sobre o qual deverá repousar a já vitoriosa, mas, ainda assim, muito necessitada, campanha municipalista brasileira.

E' importante que essa afirmação — essa preliminar e fundamento — venha a constituir uma convicção brasileira, a fim de que as providências governamentais — destinadas a fomentar a referida vitalização — não sejam intermitentes, inseguras e desorientadas, pôsto que sujeitas à vontade pessoal de algumas pessoas ou dependentes de transitórios sucessos políticos. Por outras palavras, é como se disséssemos que as possíveis providências devam ter um caráter natural, corrente, justamente porque sejam meras aplicações de idéias correntes, naturais, tidas como tão óbvias que, desprezá-las, ou não adotá-las pragmáticamente, seria agir contra o senso comum, contra o interesse nacional e o bem-estar do povo.

As providências às quais nos referimos têm que ser, portanto, o conjugado fruto de certo grupo

(1) No Brasil, pelo menos no setor governamental, predomina a tendência de se julgar que as idéias não requerem providências, ou o contrário, que as providências independem das idéias, o que é muito pior, dado não se viver de idéias e sim de providências, embora nunca se viva bem, nada se faça bem, sem idéias.

O predomínio dessa tendência é de tal ordem que, os homens de idéias são geralmente alijados logo assim que intentam aplicá-las na ordem prática. Note-se que, por homens de idéias, não se reporta o autor aos "híbridos" a que se refere o Ministro Oswaldo Aranha, isto é, aos teóricos que se dizem técnicos, embora lhes falte capacidade para transformar idéias em providências práticas, em ações objetivas.

de idéias, cuja validez fique sempre acima de injunções políticas, pois pertinente à *política fundamental* da vida brasileira. Nesse caso, a esse grupo de idéias e atitudes deverão estar necessariamente entrosadas as autoridades político-administrativas, bem como as pessoas, ou grupos de pessoas eminentes, dos três níveis de governo, o municipal, o estadual e o federal. Pois, assim não acontecendo, as providências deixarão de ter conteúdo geral e caráter de continuidade, ficando ao sabor, como dissemos, de transitórios sucessos políticos ou da vontade pessoal de algumas pessoas.

* * *

Sabemos que é temerário afirmar que o desenvolvimento nacional está de tal modo vinculado ao fortalecimento da vida municipal brasileira que do mesmo depende, em certo sentido. Pode desmoralizar quem a faz no conceito de muitos, mesmo no daqueles que fingem acreditar na proposição para, através dela, tirarem proveito político. E isto porque (êsse é um dos fios da meada, que nos pode levar à compreensão da vida brasileira), completo é o ceticismo que domina o espírito nacional em relação à utilidade, à viabilidade e ao valor econômico do fortalecimento em causa. Êsse ceticismo é tão completo que não o podemos consignar como acusação a algum período ou época da vida do país; a alguém, isoladamente; ou a um grupo social determinado.

A falta de fé em relação às idéias de municipalismo corresponde, em nosso país, a uma espécie de preconceito (2) (em muitos casos, de

(2) O centralismo com que encaramos as questões brasileiras tem raízes coloniais. Como sabemos a administração portuguesa se caracterizou pela excessiva dependência da colônia em relação ao reino. Se êsse processo, por um lado, favoreceu a unidade histórica do país, do outro fomentou a mania da côrte se julgar capacitada a resolver de cima para baixo, sem levar em conta, comumente, os interesses locais. Por sua vez, desacostumou os agentes locais a tomarem iniciativas. O federalismo posterior pouco ajudou, inclusive porque, na prática, prevaleceu — como até hoje prevalece — a decisão vinda de cima, segundo idénticos modelos. E' preciso, todavia, distinguir para acertar. A decisão vinda de cima evidentemente só pode ser válida, só deixa de ser burocrática no mal sentido, para tornar-se viva, dinâmica e integrada, quando balanceada e apoiada nas aspirações locais. Não é que estas últimas venham a predominar sobre o interesse geral, nacional; mas, como a êsse compõem, nêle se entrosam de maneira tão definitiva que — o não computá-las — corresponde a um processo de *superposição*,

uma elegância sem par), não importando para tanto, para contrariá-lo ou contradizê-lo, tôdas as lutas, campanhas e rebeldias de cunho municipalista que porventura tenham abalado a nossa história política.

O fato positivo é que os partidos políticos não crêem no município como peça fundamental ao desenvolvimento do país, não obstante dispositivos estatutários rezarem muita vez o contrário. Os políticos militantes, êsses nem se fala. Mesmo quando emendam o Orçamento, por exemplo, pleiteando medidas em favor dêsse ou daquele município, mais atentam para o interesse eleitoral puro e simples que para qualquer outro. E não escondem muito isso quando se desinteressam — como efetivamente se desinteressam — pela execução dos serviços e obras pelos quais tão bravamente lutaram por ocasião da elaboração orçamentária. (3)

A administração pública (e aqui se compreende a federal, a estadual e a municipal), não age segundo objetivos certos e, quando o faz, é justamente no sentido contrário ao do fortalecimento da vida municipal brasileira, pois a administração, nos dias de hoje, pegou a mania de somente se interessar pelos “grandes problemas”, isso como a justificar a sua incapacidade para resolver os menores. (4)

em vez de integração e de amalgamento. Êsse é o sentido comum das políticas colonialistas. As administrações se superpõem, nunca se integram. Os propósitos, não sendo os mesmos, legítima é a tendência. Mas, no campo das nacionalidades, isso não pode acontecer sem graves prejuízos e sérias dificuldades para as partes no caso interessadas, o município, o estado e a união.

Há trinta anos ainda se poderia, com bons argumentos, justificar providências por níveis distintos. Elas não afetavam sensivelmente os demais porventura envolvidos nas medidas. Hoje, em virtude mesmo da dinâmica do desenvolvimento em curso no país, já não é possível desprezar as repercussões das diversas medidas (se tomadas isoladamente) entre si. Daí a necessidade de, supletivamente, a cada incremento básico, de amplitude nacional ou regional, dar atenção às questões, por assim dizer, tipicamente locais.

(3) As vitórias obtidas na Constituinte, em favor da inclusão, no texto constitucional, de alguns dispositivos em favor dos municípios, devem-se antes à combatividade de um grupo de constituintes que ao resultado de orientação partidária. E a citada combatividade, por sua vez, deve-se mais à natural reação contra o centralismo político-administrativo do regime anterior, que a uma convicção de base ideológica, que à aplicação de um princípio político definido, incorporado, como tantos outros na tradição nacional.

(4) A visão econômica tem sido muito responsável pelo excessivo desprezo com que se vem tratando algumas das *questões menores* do país, entre essas a do incremento econômico-social do município. Os argumentos desenvolvidos pelos economistas — respeitáveis e seguros do ponto de vista em que êstes se colocam — têm concorrido para que se accentue o natural desprezo que nutrimos pelas questões subestruturais ou de mero apoio, como é a de administração municipal. Acreditamos que, se os nossos líderes não atentarem para o fato de que é preciso distinguir o investimento artificial e, portanto, improdutivo ou não reprodutivo, daquele que, por suas conseqüências, corresponde a autêntica *capitalização social* (estão nesse

E, no entretanto, ninguém tem dúvida de que somente contando o país com populações organizadas segundo o espírito comunal, em cujo meio encontrem os motivos de sobrevivência, interêsse, progresso e conforto, é possível ao conjunto (ao país), atingir um *status* econômico satisfatório, não só quanto à estrutura como em relação à composição. (5) Fala-se a todo momento da baixa renda nacional, sem se atentar para o quanto sua elevação também depende do efetivo despertar da vida municipal. Se o índice desta, da renda nacional é, em última instância, o resultado da riqueza em seus aspectos dinâmicos, difícil, e mesmo improvável, é esperar-se a sua melhoria ante a manutenção do atual clima de desperdício e de desorientação, de apatia, pauperismo e ressentimento que domina a maioria das municipalidades brasileiras.

Se esta maioria não vier a se sentir — como de fato não se sente — participante da vida nacional em todos os seus aspectos e, pois, destinada a desfrutar — como acontece em relação à minoria — dos benefícios da civilização e do progresso, precários serão os resultados a se obter das providências concernentes a questões nacionais. E' quase um problema de psicologia. Os governos se verão sempre na contingência de enfrentar sociedades indiferentes, mas, nem por isso,

caso os destinados a pequenas obras e serviços municipais), seremos dentro dos próximos trinta anos um país que, a despeito de seu desenvolvimento industrial, deverá passar por uma reforma social de caráter drástico, não só para que o referido desenvolvimento tenha um sentido autêntico, como também para que possamos prosseguir nesse mesmo desenvolvimento. A figura do atleta que cuidou de desenvolver o tronco descuidando das pernas pode servir de imagem a êsse Brasil de amanhã.

Mas, nós, no Brasil, alimentamos tipos de raciocínio verdadeiramente engraçados. A propósito, o autor não esquece jamais a ocasião em que assistiu a eminente figura responsável pela administração federal recusar pequenos recursos para ramal ferroviário, indubitavelmente útil, sob a alegação de que, na *era atômica* (a experiência de Hiroshima estava na ordem do dia), os sistemas de transporte iriam passar por tais transformações que, já não era indicado inverter-se mais em estradas de ferro. O homem falava sério, embora com malícia. O que êle queria era não dar os recursos e aproveitava-se da ingenuidade apaixonada do pobre engenheiro ferroviário, para fazer blague. Acontece, entretanto, que a pilhéria corresponde perfeitamente a certos tipos de raciocínio que hoje desenvolvemos a propósito, ou sem propósito algum, valendo assim, a sua citação nesse trabalho, como uma burla à maneira de Don Miguel de Unamuno.

(5) A ausência de dúvida decorre do elementar conhecimento de que a harmoniosa composição de uma economia decorre sempre da diferenciação equilibrada das atividades dos diversos grupos sociais, e o de que êstes são aglutinados, se estruturam, quando se instituem segundo comunas devidamente organizadas. Sem isto, nem os grupos sociais conseguem se fazer representar politicamente, pois lhes falta um traço comum de interêsse interno e externo — nem a economia, o produto econômico das atividades de tais grupos, poderá atingir êsse grau mínimo de auto-suficiência que fazem de um agrupamento humano uma sociedade humana.

menos ávidas de medidas onerosas, como as de um modo geral adotadas na administração federal a título de auxílios e subvenções.

* * *

O Sr. Chateaubriand, em discursos no Senado, tem combatido vivamente o municipalismo e poucos não são os que, no Congresso e mais setores do governo, julgam a idéia paupérrima e prejudicial ao desenvolvimento nacional.

Sim, ela seria se o fôsse sôzinha, se abandonássemos as demais a seu favor. Mas, não se trata disso. Nunca se tratou. E se em alguma oportunidade se tratou, foi então porque não a soubemos colocar. O que é preciso, necessário e indispensável repetir-se, é que o país não pode continuar por muito tempo na disparidade atual, sem daí decorrerem dificuldades insanáveis em futuro mais ou menos próximo. E' preciso industrializar o país? E' preciso desenvolver a sua agricultura? E' preciso educar e dar saúde a seu povo? E' preciso reorientar as suas elites, levando-as a raciocinar com tais? Sim, tudo isso é preciso, é necessário e indispensável.

Mas, como fazê-lo à míngua de núcleos populacionais fortalecidos? Que é o chamado mercado interno senão a natural decorrência dêsse fortalecimento que, por sua vez, é sinal evidente de vida e interesse? Há indústria capaz de se desenvolver à sombra de populações indiferentes — e mesmo incapacitadas de usarem — os benefícios que essa mesma indústria pode proporcionar? Ninguém medianamente informado em ciências sociais desconhece que *tudo mercado interno é condição de condições*. Como consegui-lo, pois, ante o abandono do interior? E que é o abandono do interior senão, em última instância, o abandono do município? A urbanização entra em choque com a municipalização em caráter restrito? Seria o mesmo que se dizer que a indústria independe da agricultura, quando se sabe que a primeira não resiste à falta da última. Do mesmo modo os grandes centros populacionais industriais tendem a se estagnar — e mesmo a entrar em crise — à falta de pequenos núcleos populacionais capazes de absorverem o que aqueles produzem, dando-lhes em troca alimentos e outros produtos básicos à vida dos grandes centros.

* * *

Se nós colocarmos a questão municipal, por conseguinte, como sendo complementar à do desenvolvimento nacional, e toda vez que providenciarmos a respeito dêsse, em qualquer de seus setores, paralelamente o fizemos em relação às diversas áreas municipais interessadas no incremento a realizar, obviamente os planos nacionais, não só ganharão em conteúdo, como também, por se entrosarem com os problemas locais, despertarão nas diversas camadas sociais dos municípios, um interesse até hoje não conseguido.

Homens inteligentes como alguns dos mais aferrados antimunicipalistas brasileiros não podem, pois, olvidar os efeitos psicológicos — bem como as ulteriores conseqüências econômicas — de tratamentos como os que se vêm dando a algumas questões nacionais, inclusive a dos municípios. Se na imprensa, da tribuna do Congresso, nos gabinetes ministeriais, nas confabulações políticas de toda natureza, no modo de encaminhar as despesas públicas, discutir e fomentar a economia, debater e resolver problemas urgentes, apregoa-se a pouca importância — e deixam-se sempre de lado — as soluções pertinentes a problemas locais — mas de alguma forma e sempre correlacionados com os de nível mais alto e mais amplo — jamais poderão as classes dirigentes dêsse país levar ao interior o desenvolvimento de que êste necessita e todos reconhecem ser indispensável alcançar. Jamais conseguirão interessar efetivamente os líderes locais nas empresas de maior envergadura do governo. O círculo vicioso em que temos vivido perdurará. Diremos que é preciso preparar as populações para que certos benefícios lhes sejam oferecidos. Negamos-lhes êsses benefícios sob a alegação de que o país não está em condições de os oferecer, dado justamente o baixo nível das populações, a sua improdutividade.

A questão municipal necessita, todavia, ser colocada em termos de compressão, a fim de que a sua deformação, ou o seu agigantamento, não venham a prejudicar interesses vitais ao desenvolvimento nacional, global ou regional, de natureza básica.

A convicção de que o desenvolvimento global ou regional do país está de tal modo vinculado, que depende do fortalecimento das diversas comunidades brasileiras — mesmo as mais destituídas de interesse econômico imediato — encerra, assim, um sentido de conquista que há de ser alimentado nas fontes espirituais das bandeiras de penetração. Corresponde, no campo administrativo educacional, a desbravamento para a posse. E' como se fôsse preparação da terra para o cultivo, a fim de que êsse não seja mesquinho, desigual em seus frutos, ou, no mínimo, desarmonioso até a injustiça.

O homem do interior precisa ser convencido — e tudo êle, por sua vez, deve fazer para convencer aos praianos — de que o país vale por sua profundidade, por sua capacidade de absorver civilização e progresso, e que êstes de nada valerão, nada representarão como dado nacional, enquanto circunscritos às capitais e a alguns poucos núcleos bafejados pela industrialização. A idéia de que a conquista, ocupação e desenvolvimento do interior corresponde a uma segunda fase do desenvolvimento nacional, devendo as nossas atenções e recursos se concentrar nos maciços econômicos que já conseguimos criar — pois que sem a consolidação dêstes tudo será desperdício e energia inútil — parece não considerar o aspecto de que tal consolidação não importa, necessariamente, numa ulterior exportação de recursos. Se essa

fôsse a tendência natural, as grandes áreas industriais, por exemplo, tenderiam a se desconcentrarem, a se deslocarem, a se transferirem, quando na realidade só a muito custo se tem conseguido algum sucesso nesse terreno, visto ser justamente a oposta a tendência. O que se verifica é uma concentração cada vez maior, mais densa, tanto quantitativa como qualitativamente. Nesse caso, nunca será demasiado repetir-se que o *desenvolvimento* de certas áreas jamais se deveu, e se deverá, às atividades e bens econômicos em si mesmos. E' a *política* que o condiciona, o impõe e determina. As atividades e bens econômicos podem, quando muito, orientar o tipo da política a seguir, uma vez que ambos prescrevem o processo justo, adequado. Não se pode, evidentemente, traçar uma determinada política a despeito de tais atividades e bens, mas não é razoável que se acalente a idéia — antes a esperança — de que aquêles bens e atividades possam vir a prescrever uma política.

* * *

Alega-se que o norte-americano, em qualquer pequena cidade, pode desfrutar das comodidades dos grandes centros e diz-se que isso é produto da riqueza. Não o será mais de uma atitude em relação à vida? Não o será mais resultado de certas idéias que se tornaram correntes, desde a formação da grande nação norte-americana? Pode-se afirmar que os *hábitos da riqueza* têm contexto apenas material? Isto é, dependem tão-somente da riqueza em si? Ou que são êles, também, os resultados de uma visão do mundo e de um modo de vivê-lo? Não há dúvida de que sim, tanto que jamais se viu a riqueza por si mesma fazer de alguém rico na expressão da palavra. Mas, dir-se-á, os norte-americanos são os norte-americanos. Nós somos latinos, filhos de portugueses, negros e índios, cujos caracteres sociais foram cultivados à sombra de ideais patriarcalistas e, portanto, centralistas, em espírito e carne contrários à formação de comunidades livres, de municípios como entidades social e economicamente soberanas. Nós somos os descendentes ilustres de não menos ilustres donatários. A empresa livre não é o nosso forte. Somos estatais por origem e formação. Acreditamos em coisas que os norte-americanos — a não ser talvez alguns renitentes reacionários do sul — jamais acreditariam. As comodidades de que desfrutam nas suas pequeninas cidades, mesmo nas zonas tipicamente rurais, são o fruto vivo, não só da riqueza, mas também do espírito de empresa, da noção de liberdade e independência, que em nós se atrofiou à sombra do patriarcalismo.

* * *

Não desejando discutir aqui a precariedade de muitos pontos dessa tese, pergunto, apenas, se não vale a pena mudar, bater na tecla de novas idéias, assumir atitudes que proporcionem a descentralização das iniciativas, embora sob a orientação e o controle técnico dos órgãos centrais.

Estamos convencidos de que sim, pois, no caso contrário, de nada valerão as cotas do imposto de renda, de nada valerão os institutos como o de imigração e colonização, recentemente criado. As populações do interior dificilmente conseguirão se sobrepor ao ressentimento em que vivem e perceptível aos ouvidos menos atentos. A instalação de usinas hidrelétricas poderosas não terá outro sentido, nem outra função, que a de fornecer energia a indústrias que nada terão a ver com o desenvolvimento das regiões onde funcionem, ou somente o terão na medida em que necessitarem de mão-de-obra, nenhuma melhoria efetiva oferecendo às condições econômico-sociais dos municípios onde passarem as linhas de transmissão. Os institutos de fomento agropecuário não passarão de onerosas repartições públicas, sem nenhum efeito sobre a produção e a qualidade do trabalho agrícola. Os estabelecimentos de crédito continuarão a serviço de uns poucos privilegiados, sem ligação alguma com as pequenas iniciativas. Os mais ousados, assim como os grandes desamparados, continuarão a afluir para os grandes centros populacionais e industriais contribuindo para agravar o problema social destes últimos. As administrações estaduais e municipais, em relação à federal, passarão, cada vez mais, à condição de sub-agências do poder de polícia, sem outro remédio que o de permanentemente se agacharem ao magro (mas, ainda assim, polpudo) Tesouro Nacional.

Não se pense que é por idéias de moralidade que aos fatos nos opomos. E ainda que por fundamentos econômicos, sociais e políticos. O problema do desenvolvimento nacional, como o encaramos nessas notas, é um problema substancialmente político, social e econômico. E, por ser assim, é que o julgamos *também substancialmente municipal*, uma vez que dependente — para ser efetivo, para que tenha e crie raízes — da auto-suficiência relativa de que devem gozar as áreas administrativas pelos mesmos afetados.

Não é como muitos poderão pensar uma questão de inverter somas fabulosas, de desviar investimentos. Se fôsse isso regiões como as do São Francisco e do Amazonas pouco mais necessitariam. E' mais, muito mais e muito menos. E' a adoção de uma política inteligente no sentido de congregar vontades, orientar iniciativas — pequenas iniciativas, uma aqui, outra ali. E' dar assistência técnica efetiva — transmitir conhecimentos, formar mentalidades. E' resolver pequenos casos — abastecer, suplementar e hospital local, sem precisar construir outro, para ficar sem médico, ou retirando do médico local o prestígio conseguido a custa de sacrifícios. E' não criar escolas que ensinam apenas o bê-a-bá, concorrendo para que o homem do interior deixe a lavoura ou nela permaneça sem haver retirado das mesmas ensinamentos úteis ao seu destino humano. E' favorecer os divertimentos e desportos, as atividades sociais, o convívio e a cooperação. E' forçar relações e ensiná-las, de maneira que o homem do interior cultive o intercâmbio,

sinta necessidade dêle. E' não fazer obra de fachada — instalar um pôsto médico, de puericultura, ou de assistência rural, onde o médico não vai, onde os remédios são uma tapeação e as sementes não existem. E' pugnar para que tudo se faça cabalmente, como deve ser feito, por uma questão de técnica, para que o esforço seja útil e o interesse seja conseguido. E' sobretudo apoiar tôdas as iniciativas nos elementos locais, deixando aos níveis mais altos as funções de orientar, coordenar o trabalho e ajustar as providências entre si, pois esta será a única maneira de evitar o que justamente vem acontecendo, o homem do interior sentindo-se cada dia mais (e ficando) na dependência de soluções vindas de fora.

As associações rurais e estabelecimentos de crédito como o Banco do Nordeste, terão, certamente, no campo de suas atribuições, a oportunidade de fomentar essa nova atitude. As associações estaduais de municípios têm grande responsabilidade nesse caso. A descentralização da execução de muitos serviços federais, mediante a adoção de novos sistemas de contrôle que garantam a uniformidade técnica do trabalho e o seu rendimento é medida fundamental. Os sistemas de acórdos e convênios precisam ser desenvolvidos, ampliados e modificados, de maneira que as bases da cooperação passem a interessar não apenas entidades oficiais entre si (o que é sobrepor burocracias a burocracias), mas a entidades de classe e institutos privados, transmitindo às atividades um sentido realmente cooperativo.

Nada disso perturbará, evidentemente, o desenvolvimento nacional. Tudo que se conseguir e fizer nesse sentido, só poderá ser benéfico para o equilíbrio econômico-social do país, pôsto que êsse jamais será alcançado à margem do fortalecimento municipal. Todo e qualquer país, nação ou povo, sòmente é rico se a sua riqueza é comum a todos, se as diversas áreas geo-econômicas se complementam e as camadas sociais daquelas se equivalem, mesmo se mantidos, como deve ser, os caracteres peculiares a cada uma.

Dentro dessa ordem de idéias parece, pois, conveniente venham as figuras representativas da vida municipal do país a debater, no III Congresso Nacional de Municípios, em São Lourenço, Minas Gerais, a possibilidade de articular-se, desde já, uma campanha objetiva visando a formulação de um *plano nacional de obras e serviços municipais*, a ser executado mediante convênio entre a União, os Estados e os Municípios.

Seria êsse plano uma espécie de base de apoio para o despertar da vida municipal entre nós, dado o caráter do instrumento político-legal a ser adotado. As obras e serviços a programar haveriam de se revestir da natureza de unidades pertencentes, vinculadas, a um conjunto cuja estrutura teria por fundamento as necessidades municipais em si mesmas; as intermunicipais naquilo que determinassem a articulação entre dois, três

ou mais municipalidades; as estaduais, pôsto que representativas do Estado como peça da federação; as regionais porque intimamente ligadas às estruturas regionais do país e, finalmente, as ligadas ao interesse nacional, porque capazes de movimentarem a opinião nacional em favor do fortalecimento em causa.

Seria o caso, por exemplo, de se proceder a um levantamento de três a cinco das necessidades básicas de cada municipalidade brasileira, assentando-se, mediante *acôrdo interpartidário específico*, que tais necessidades seriam obrigatoriamente objeto de leis municipais, estaduais e federal destinadas a autorizar a execução do plano ao qual nos referimos.

As obras e serviços a considerar para cada municipalidade seriam de natureza complementar. Isto é, não seriam consideradas aquelas cujo interesse ou propósito efetivamente transcendem à conceituação municipal-intermunicipal. Damos um exemplo lembrando que as obras hidrelétricas de grande porte não se comportam no conceito em espécie, embora venham a influir no envolver das sociedades locais e interlocais.

A complementaridade dos investimentos e despesas do plano em espécie, residiria justamente na forçosa relação entre aquêles e estas com os investimentos e despesas programados pelos Estados e a União.

Todos sabemos que os programas estaduais e nacionais eliminam, tanto quanto possível, investimentos e despesas cujo objetivo seja municipal, em razão mesmo de suas características: isto é, de concorrerem à solução de problemas estaduais e nacionais.

Nada impede, entretanto, que a par dos mesmos, leve-se a cabo a execução de determinadas obras e serviços municipais que complementam, enriquecem, dão maior conteúdo, fortificam e consolidam as iniciativas oriundas das grandes invenções.

Construir uma siderúrgica em determinada área é de suma importância para as populações locais. Mas, se a essa construção seguir-se o efetivo florescimento da vida econômico-social dos diversos núcleos populacionais incluídos na área de influência direta daquele empreendimento, evidentemente a construção em causa já não será *sòmente importante* para populações locais, como há de lhes parecer instrumento ligado ao desenvolvimento verificado em relação a certos setores da vida local. Se ao mesmo tempo propõe-se o govêrno a construir certo número de escolas; a facilitar crédito para as diversas iniciativas de interesse da região; a construir e manter, por determinado prazo, alguns hospitais; a ajudar e cooperar na solução de problemas tais como o de águas e esgotos; construção de ramais rodoviários e respectivas obras darte; embelezamento da área urbana; construção de silos ou facilidades para a construção dos mesmos pelos produtores; a conceder bôlsas de estudo privilegiadas aos filhos da

região para a aprendizagem ou o aperfeiçoamento de técnicas que, simultaneamente, venham a interessar as atividades predominantes nas mesmas; se a par da construção da siderúrgica (dada como exemplo) considerar o govêrno a possibilidade de instalar (inclusive por transferência), nos municípios afetados, determinados serviços federais que, de alguma forma, incrementem as atividades locais; se pequenas outras providências fôsem assentadas de comum acôrdo com as autoridades locais e estaduais, objetivando a vivificação daquela porção do país onde, afinal, se pretende investir grandes somas, parece meridiano que o govêrno conseguirá, por êsse meio, engajar o ho-

mem do interior nos propósitos fundamentais da nacionalidade.

O que não é possível, o que oferece, afinal, resultados negativos do ponto de vista do desenvolvimento municipal, é o sistema de ocupação e de insulamento. Os empreendimentos nacionais de grande vulto a florescerem como autênticos oásis em meio a núcleos populacionais abandonados e, que, tendem cada vez mais ao abandono, em virtude mesmo da absoluta falta de correlação entre a riqueza criada para o país, e a vida, as atividades, e os interêsses daqueles que mais de perto a assistem e a vêm ganhar fôrça quase como um acinte.